

Convergência

Portugal/União Europeia

MIGUEL LEBRE DE FREITAS

Universidade de Aveiro.

A economia portuguesa está a convergir para a União Europeia? O ritmo de convergência tem sido constante? Ou terá havido uma aceleração, após a adesão à Comunidade Económica Europeia? Estas questões têm sido objecto de análises variadas. No entanto, nem sempre estas se fundamentam em dados e métodos apropriados. Neste artigo, procuramos discutir algumas dificuldades inerentes à análise da convergência e também responder às perguntas acima colocadas, usando dados para o período 1960-2000. A metodologia adoptada segue Freitas (2000), cuja leitura recomendamos ao leitor interessado nos detalhes técnicos.

A figura 1 descreve a evolução do PIB *per capita* e do PIB por trabalhador em Portugal, em PPP constantes e em percentagem dos respectivos valores médios na União Europeia⁽¹⁾. No quadro 1 compara-se a evolução das mesmas séries, em Portugal, Espanha e Irlanda. A periodicidade escolhida para o quadro 1 é muito comum e distingue três fases: a fase anterior à revolução (até 1973), a fase do "stop and go" (1974-1985) e a fase pós-adesão (1986-2000). Os números sugerem que, nas últimas quatro décadas, Portugal se aproximou da União Europeia. No entanto, o ritmo de aproximação não terá sido constante. Durante a fase do "stop and go", o PIB por trabalhador relativo passou a evoluir mais devagar e o PIB *per capita* regrediu. Na figura 1, vemos que a série do PIB *per capita* relativo parece estagnar entre 1975 e 1985, suscitando dúvidas quanto à verificação de convergência nesse período. Os dados do quadro 1 sugerem também uma nova aceleração do processo de aproximação à União Europeia, a partir de 1986.

Embora a periodicidade escolhida no quadro 1 faça sentido do ponto de vista histórico, tal não significa que a comparação dos ritmos de aproximação nos três segmentos seja particularmente esclarecedora. A produtividade radica em factores de índole estrutural que, pela sua natureza, não são passíveis de mudança radical num espaço de tempo curto.

Pode evoluir mais depressa ou mais devagar mas, infelizmente, não salta. Quando se procede a comparações com base em períodos curtos, corre-se o risco de captar efeitos cíclicos, não necessariamente relacionados com a trajectória de longo prazo. Por exemplo, a fase de 1974-85 contém duas "cavas" cíclicas (1975 e 1984) e apenas um "pico" (1980). Em contrapartida, a fase de 1986-2000 tem dois "picos" (1990 e 1998) e apenas uma "cava" (1995). O facto de as três fases terem sido atravessadas por flutuações cíclicas de modo diferenciado por si é suficiente para tornar problemática qualquer ilação formulada a partir da sua observação em separado⁽²⁾. É, pois, desejável, que a hipótese de convergência seja testada usando a amostra completa e recorrendo a uma modelização específica para a componente cíclica.

Outro cuidado que importa ter é o de distinguir "aproximação" de "convergência". A questão que se coloca é: o facto de Portugal ter vindo a crescer mais depressa do que a média da União Europeia significa que existe convergência? Tecnicamente, não. A verificação de taxas de crescimento superiores às registadas no conjunto da União durante um qualquer período de tempo contribui certamente para diminuir o diferencial de rendimentos, mas não implica necessariamente convergência (para uma discussão, veja-se, Bernard and Durlauf, 1996). Por exemplo, se os choques que afectam a produtividade no Botswana não estiverem relacionados com os choques que afectam a produtividade na UE, as respectivas séries podem até revelar aproximação durante um certo período de tempo, mas não terão necessariamente um comportamento de convergência.

Quadro 1
PIB PER CAPITA E PIB POR TRABALHADOR
PORTUGAL, ESPANHA E IRLANDA

	1995 PPS EU 15 = 100		Taxas médias crescimento		
	PIB per capita	PIB por trab.	PIB per capita	PIB por trab.	
Portugal					
1960	44,7	36,7	1961-1973	2,9	2,1
1973	65,1	48,3	1974-1985	-0,7	0,6
1985	59,6	52,2	1986-2000	1,5	1,6
2000	74,5	66,3	1961-2000	1,3	1,5
Espanha					
1960	59,3	63,6	1961-1973	2,1	2,1
1973	77,8	82,9	1974-1985	-0,6	1,3
1985	72,3	96,6	1986-2000	1,0	-0,3
2000	83,7	92,0	1961-2000	0,9	0,9
Irlanda					
1960	68,1	78,8	1961-1973	-0,2	-0,1
1973	66,2	78,0	1974-1985	0,9	1,7
1985	73,3	95,3	1986-2000	4,3	3,0
2000	124,7	121,3	1961-2000	1,5	1,1

Fonte: Cálculos próprios, efectuados com base em dados da AMECO.

Quadro 2
RITMO DE CONVERGÊNCIA ESTIMADO
PORTUGAL-UE

	PIB per capita	PIB por trabalhador
1961-1973	3,2	2,1
1974-2000	1,0	1,3

Fonte: Freitas (2002), Quadro 3.

Figura 1
PIB PER CAPITA E PIB POR TRABALHADOR EM PORTUGAL
 EU=0,00 (logs, PPP constantes % da UE)

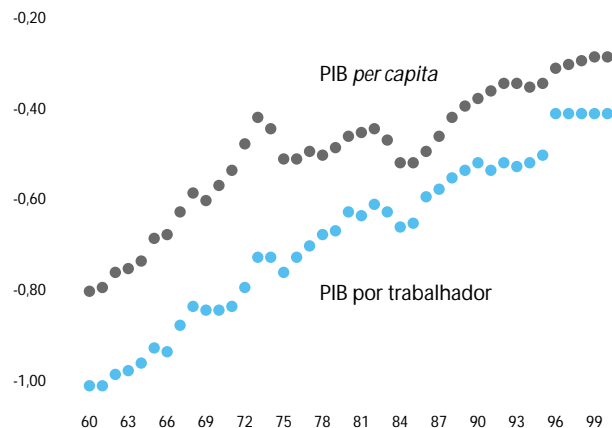
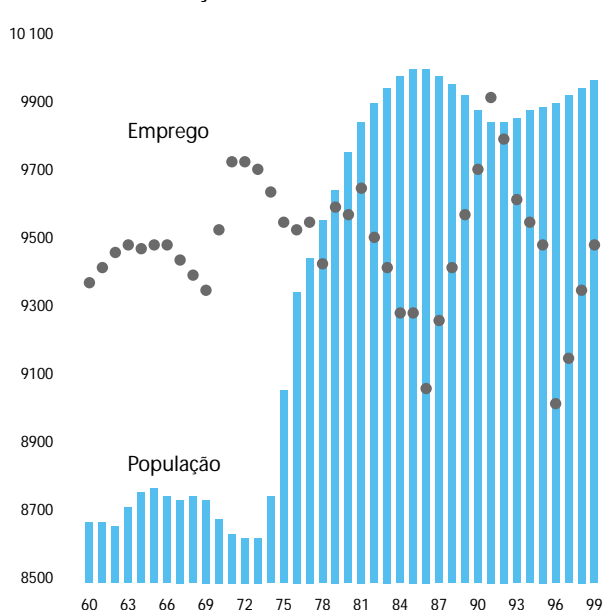


Figura 2
POPULAÇÃO E EMPREGO EM PORTUGAL



Nada impede que, a partir de certa altura, as duas séries, comandadas por idiosincrasias locais, comecem a divergir. Para haver convergência, a série da União Europeia tem de funcionar como um imã para a série correspondente em Portugal.

Uma maneira possível de testar a hipótese de convergência é investigar a existência de raízes unitárias no processo que descreve a série da produtividade relativa. Esse procedimento admite incidência diferenciada dos benefícios da inovação tecnológica no curto prazo, mas obriga a um aproveitamento idêntico desses benefícios no longo prazo. Os testes que efectuámos incluem uma tendência determinística, para representar a dinâmica de ajustamento, e variáveis binárias, para acautelar a hipótese de um ou dois choques idiosincráticos, definidos *a priori* (o método segue Carlino e Mills, 1993). A componente cíclica é descrita por um processo auto-regressivo de segunda ordem.

A visualização prévia da figura 1 sugere que a série do PIB *per capita* relativo tem um comportamento mais persistente do que a série do PIB por trabalhador relativo. Na figura 2, verificamos que esse comportamento constitui, em larga medida, uma herança dos movimentos da população. Em particular, a "interrupção" do processo de aproximação do PIB *per capita* entre 1975 e 1985 está intimamente ligada à ocorrência de um choque de carácter permanente na população, resultante da paragem do processo de emigração em 1974 e do influxo de repatriados das ex-colónias nos anos subsequentes. Para a elevada persistência da série da população, contribui ainda o facto de esta ser ajustada a partir de censos periódicos. Entre nós, o censo de 1991 foi particularmente problemático, pois teve o condão de fazer "desaparecer" algumas centenas de milhares de portugueses, com implicações nas estimativas do PIB *per capita* ainda não totalmente clarificadas.

Não obstante as dificuldades adicionais, os resultados dos testes efectuados para a série do PIB *per capita* não são qualitativamente diferentes dos obtidos para a série do PIB por trabalhador. Os resultados sugerem que, descontando o impacto assimétrico do choque petrolífero (e revolução), tanto o PIB *per capita* como o PIB por trabalhador se têm comportado como estando em convergência para a média da UE. De acordo com as estimativas efectuadas, o ritmo de convergência do PIB *per capita* (PIB por trabalhador) terá baixado de 3,2% (2,1%) ao ano em 1961-73 para 1,0% (1,3%) ao ano em 1974-2000 – ver quadro 2.

Notavelmente, os ritmos de convergência de 1974-85 e de 1986-2000 não se revelaram estatisticamente diferentes. Por outras palavras, os resultados sugerem que o período 1974-

2000 se pode descrever por um único processo, com crescimento tendencial constante. Esse resultado não é totalmente inesperado, pois **Portugal já se encontrava em fase adiantada de integração real, quando aderiu à Comunidade Económica Europeia**. Mas ilustra bem as limitações associadas à análise de segmentos isolados, sem apropriada modelização da componente cíclica.

Resumindo, dos testes efectuados decorrem três conclusões:

- (1) Portugal está a convergir para a União Europeia;
- (2) assistiu-se a um abrandamento do ritmo de convergência em 1974;
- (3) não se encontrou evidência favorável à hipótese de aceleração a partir de 1986.

NOTAS

- (1) A utilização de dados expressos em Paridades de Poder de Compra é obrigatória em comparações internacionais de produtividade, pois as taxas de câmbio correntes não traduzem necessariamente diferenças nas quantidades produzidas. Por exemplo, se um barbeiro português ganhar 48 euros por dia e um barbeiro americano ganhar 100 dólares por dia, e se a taxa de câmbio nominal euro-dólar for igual a 1, isso não significa que a produtividade do primeiro seja 48% da do segundo. Se o mesmo corte de cabelo custa 6 euros em Portugal e 10 dólares nos EUA, então o trabalhador americano consegue realizar 10 cortes de cabelo por dia enquanto o trabalhador português realiza apenas 8. Nesse caso, a produtividade do barbeiro português será igual a 80% da do americano. Para se poderem efectuar comparações internacionais de produtividade, as medidas têm de estar expressas num numerário comum, preferencialmente calculado com base em bens representativos e semelhantes.
- (2) Uma forma óbvia de contornar o problema é proceder à filtragem prévia dos dados, mas mesmo assim é necessária alguma cautela, pois os métodos mais comuns têm o inconveniente de enviesar as observações extremas. De qualquer forma, como a filtragem despe as séries das suas propriedades estocásticas, inviabiliza a realização de testes à hipótese convergência.